

UNESC

**Faculdades Integradas de Cacoal
Coordenação do Curso de Pedagogia**

PATRICIA MARQUES DA COSTA

**INCLUSÃO DOS SURDOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O USO DA
LIBRAS**

CACOAL/RO

2013

PATRICIA MARQUES DA COSTA

**INCLUSÃO DOS SURDOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O USO DA
LIBRAS**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado pela acadêmica Patricia Marques da Costa, às Faculdades Integradas de Cacoal - UNESC, Coordenação do Curso de Pedagogia, como quesito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Professora Especialista Miriã Gil de Lima.

CACOAL/RO

2013

PATRICIA MARQUES DA COSTA

**INCLUSÃO DOS SURDOS NO ENSINO REGULAR,
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O USO DA LIBRAS**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado pela acadêmica Patricia Marques da Costa, às Faculdades Integradas de Cacoal - UNESC, Coordenação do Curso de Pedagogia, como quesito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Professora Especialista Miriã Gil de Lima.

Aprovada em ____/____/____

Nota

BANCA EXAMINADORA

Profa. Especialista Miriã Gil de Lima
(Orientador)

Prof. Carlos Alberto Rodrigues
(1ª Avaliador)

Prof. Ana Paula
(2ª Avaliador)

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, por me conceder a oportunidade de concluir meu curso com êxito. Aos meus pais, José Felipe da Costa e Lenise Marques da Costa, ao meu irmão Igor Marques da Costa, por contribuírem com seu carinho. À minha amiga Juliana Diniz, *in memoriam*, e ao meu namorado Valmir Mota Santos, pelo amor, compreensão e força que me deram durante essa jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me permitido a bênção de concretizar esse sonho, o de concluir a minha faculdade.

Aos meus pais, pelo incentivo e motivação nos momentos de incertezas da escolha profissional.

Ao meu irmão Igor, pelo seu carinho.

À minha amiga Juliana Diniz, “*in memoriam*”, pela amizade, por ter me auxiliado na minha escolha profissional, nas dúvidas relacionadas aos estudos e me motivado a prosseguir com determinação.

Ao meu namorado Valmir da Mota Santos, por contribuir com sua paciência e por estar sempre ao meu lado.

A todos que contribuíram para a minha pesquisa, especialmente à minha orientadora Miriã Gil Lima, pela compreensão, dedicação e confiança dedicada a mim.

Aos amigos que conquistei durante essa caminhada, Leandro, Eriberto, Franciele, Jéssica, Cleane e Priscila, pessoas que contribuíram muito com minha formação e proporcionaram muitos momentos felizes.

Aos professores que, sempre que possível, colaboraram com sugestões valiosas e conhecimento profissional.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

John Dewey

RESUMO

O presente trabalho tem como tema “A inclusão do surdo no ensino regular e o uso da Libras”, cujo o objetivo consiste em analisar como ocorre o processo de inclusão do surdo na escola e se os professores estão aptos a receber tais alunos, examinar ainda, se na sala de aula comum é possível o educador mediar, de forma sistemática, o ensino e a aprendizagem dos alunos surdos. Para tanto, foram realizadas pesquisa bibliográfica e de campo, com coleta de dados para análise desse estudo. Com o resultado da pesquisa, pode-se constatar que tanto a escola como o educador desempenham papéis fundamentais no desenvolvimento do aluno, porém o processo de inclusão não ocorre plenamente, pois requer profissionais que conheçam a fundo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para que possam possibilitar ao aluno uma maior interação com o universo escolar, efetivando plenamente a sua inclusão. Sendo assim, este trabalho visa contribuir com a promoção da inclusão do surdo no acesso e direito à convivência social na escola e na sociedade.

Palavras-chaves: Inclusão. Libras. Ensino regular.

ABSTRACT

The present work has as its theme: The inclusion of the deaf in regular education and the use of Libras, whose main objective is the project to analyze how the process of inclusion of deaf people in the school and teachers are able to receive such students also examine if in the regular classroom is possible for the teacher to mediate systematically the teaching and learning of deaf students. Thus, we performed literature search and field, where they were made to collect data analysis of this study. With the result of the research can be observed that both the school and the teacher play their key roles in the development of the student, however the inclusion process does not occur fully, because they require professionals who know deeply the Brazilian Sign Language (Libras) with qualified professional in the classroom will allow students to be interacting with the school environment and being effectively included. This work seeks to contribute to the promotion of the inclusion of the deaf to have access and the right to live socially in school and in society.

Keywords: Inclusion of the deaf, LIBRAS, Regular education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 INCLUSÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	12
1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A INCLUSÃO	12
1.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O USO DA LIBRAS	14
1.3 A ESCOLA COMUM INCLUSIVA	19
2 ABORDAGENS METODOLÓGICAS, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	22
2.1 DO MÉTODO, DA PESQUISA E DOS INSTRUMENTOS	22
2.2 DO UNIVERSO E DOS SUJEITOS.....	23
2.3 QUESTIONAMENTOS E OBSERVAÇÕES REALIZADAS COM PROFESSORES	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	29
ANEXOS	30

INTRODUÇÃO

A história da inclusão do surdo foi marcada por preconceitos e barreiras. Pesquisadores, professores, médicos, entre outros, influenciaram positivamente na educação de pessoas com necessidades especiais, pois acreditavam que poderiam se desenvolver e serem escolarizadas. A Igreja Católica também contribuiu para com a mudança de pensamento em relação aos deficientes. No decorrer do tempo e desenvolvimento da humanidade, novos rumos foram traçados para se chegar a uma prática social e pedagógica inclusiva.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os fatores que dificultam a inclusão do surdo nos anos iniciais do ensino fundamental, conhecer e analisar a proposta pedagógica da escola e ver se ela contempla as necessidades dos alunos com surdez, bem como verificar se o educador utiliza metodologias adequadas para inclusão desse aluno e se são coerentes com as políticas públicas.

As escolas, muitas vezes, não possuem ações que contemplem uma educação inclusiva, a falta de profissionais qualificados faz com que a inclusão ocorra de forma lenta, dificultando o ensino e a aprendizagem do aluno. É necessário que as escolas garantam acesso e permanência no ensino regular, fazendo com que eles se sintam totalmente incluídos e, para que isso ocorra, são necessárias mudanças significativas na gestão da escola, tornando-a mais participativa e democrática.

Durante os estudos realizados, foram feitos os seguintes questionamentos: como tem ocorrido o processo de inclusão dos surdos nas escolas e quais as práticas pedagógicas mais adequadas para o atendimento educacional especializado?

Diante do exposto, delimita-se o tema a ser trabalhado em duas escolas públicas do município de Cacoal, nos anos iniciais do ensino fundamental, com profissionais que atuam na área da inclusão de surdos.

Justifica-se esse trabalho, por considerar que o processo de inclusão deve ocorrer independente da deficiência que a criança possua, portanto será analisada a realidade da escola em relação ao processo de inclusão.

Para a coleta de dados, foram escolhidos profissionais que atuam diretamente na inclusão do surdo, pois conhecem mais detalhadamente o processo educativo.

A metodologia utilizada nesta pesquisa ocorreu de duas formas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A bibliográfica tem como objetivo fundamentar os estudos voltados para a inclusão do surdo e conhecer como ocorre esse processo. A pesquisa de campo foi elaborada com questionários abertos e observação apenas com profissionais que atuam diretamente na inclusão dos surdos.

O trabalho trata do processo da história da inclusão e seu avanço até os dias atuais aborda, também, a inclusão do surdo no ensino regular e as mudanças que devem ocorrer na escola para que ela se torne inclusiva, como deve ser o trabalho do professor na sala de aula regular com o profissional que atende na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O primeiro capítulo traz a história da inclusão dos surdos, mostrando que os mesmos eram considerados aberrações, pessoas incapazes, mas com a propagação da doutrina cristã, esse quadro foi extinto e, posteriormente, com o surgimento de leis voltadas para esses casos, ampararam o surdo em relação ao seu acesso à vida em sociedade e garantia de seus direitos.

O segundo capítulo trata da utilização e aceitação da Libras como forma de comunicação entre os surdos, a luta do surdo para ser alfabetizado em duas línguas, a Libras como língua materna e a língua portuguesa escrita, como segunda língua. Traz, ainda, como deve ser o atendimento nas salas de AEE e o contato do professor da sala de aula comum com o professor de AEE.

O terceiro capítulo fornece informações de como tornar a escola inclusiva, o que priorizar na educação dos surdos, o que o Projeto Político Pedagógico deve contemplar e o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem, traz, ainda, o lúdico como forma de socialização e interação na construção do conhecimento.

1 INCLUSÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE INCLUSÃO

Para entendermos o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola é preciso conhecer seu processo histórico de sua evolução em todo o mundo.

De acordo com os estudos de Pessot (1984, apud Silva 2010):

As crianças com deficiência física ou mental nascidas na Esparta eram eliminadas ou abandonadas, já que eram consideradas subumanas. Dessa forma antes mesmo de ficarem sob os cuidados dos familiares, em Esparta, as crianças passavam por uma inspeção do Estado para que se verificasse se elas eram sadias e fortes. Após a inspeção as crianças consideradas doentes, frágeis ou deficientes eram abandonadas até a morte. (p. 15)

A educação dos surdos se desenvolveu de forma preconceituosa, pois os mesmos eram vistos como aberrações, pessoas incapazes, desqualificadas e sem direitos. Na antiguidade, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram executadas, essa prática era comum na época, muitos acreditavam que o deficiente era possuído pelo demônio, o que torna aconselhável o exorcismo com flagelação.

Na Idade Média, conforme princípios da doutrina cristã, o homem passa a ser visto como criatura divina e a prática execução de crianças com deficiência passou a ser condenada.

Conforme Silva, o cristianismo foi um grande marco, pois influenciou de forma positiva o acolhimento de pessoas com deficiência.

Destaca que, se, por um lado, com o cristianismo a pessoa com deficiência deixou de ser abandonada, passou a receber abrigo e alimentação nos asilos e conventos, por outro, exigências éticas e religiosas passaram a ser cobradas desses indivíduos. (2010, p. 16)

A educação inclusiva vem sendo amparada por leis que garantem o acesso a crianças com deficiência no ensino regular, cujas leis estão apresentadas abaixo:

Ao assinar a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o Brasil optou por um sistema de educação inclusiva que defende a igualdade de direito a todos os cidadãos.

De acordo com Góes (2007) a Declaração de Salamanca (1994), refere-se aos direitos das pessoas com deficiência em ter acesso ao ensino regular. A responsabilidade em garantir esse direito é do poder público, assim sendo é considerado crime recusar a matrícula de alunos com deficiências em escolas, devendo a mesma estar aberta e adaptada para atender as necessidades específicas de cada um.

A LDB 9394/96, em seus artigos 58 e 59, defende o direito de todos ao acesso à rede regular de ensino e um ensino igualitário. Assim sendo, para que as políticas de educação inclusiva sejam implementadas, é necessário que a escola acolha alunos, independente de sua classe social, racial e cultural e busque formas de atender as necessidades específicas de cada um.

Para que a escola se torne inclusiva, é necessário formar profissionais qualificados, além de ser gerida a partir de um Projeto Político Pedagógico (PPP), construído coletivamente e voltado aos interesses dos alunos e da comunidade.

A Educação Especial tem buscado novas formas, metodologias e técnicas especializadas para inclusão de indivíduos com necessidades especiais nas classes regulares.

De acordo com Glat:

A política da educação inclusiva diz respeito à responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares de cada país com a qualificação de todas as crianças e jovens, na qual se refere a conteúdos, conceitos, valores e experiência materializadas no processo de ensino aprendizagem escolar, tendo como pressuposto o reconhecimento das diferenças individuais de qualquer origem. (2007, p. 16)

A educação inclusiva contou com o empenho de estudiosos empenhados em lutar por uma educação inclusiva no mundo, entre eles estão Pedro Ponce de León, um dos precursores da educação de surdos, John Lock, ao enfatizar que a experiência sensorial deve estar embasada nas práticas pedagógicas, Charles Michel Lepée, ao criar a primeira escola pública para surdos em Paris, Valentin Hauy, fundador do Instituto Nacional dos cegos, médicos e estudiosos que buscaram uma educação igualitária.

Conforme estudos de Silva (2010) O atendimento escolar especial no Brasil teve início por volta de 1850, se concretizou com a chegada de D. Pedro II no Rio de Janeiro, que em 1854 fundou o Imperial Instituto de Meninos Cegos. A fundação desse Instituto se deu, em grande parte, pelo empenho de José Álvares de Azevedo, que estudava no instituto de Jovens Cegos em Paris, fundado por Valentin Haüy.

Conforme Mazzota (2005), após três anos de inauguração deste Instituto, D. Pedro II, pela Lei 839 de 26 de setembro de 1857, fundou também, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, onde mais tarde passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Nas primeiras atuações do Instituto, a educação de crianças entre 7 (sete) e 14 (catorze) anos era voltada apenas para educação literária e profissionalizante, mas, com o decorrer do tempo, foram sendo instaurados diversos tipos de oficinas. Nesta mesma década, foi fundada também, no Rio de Janeiro, a primeira escola pública para surdos no Brasil, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Vale resaltar que a educação inclusiva não está ligada ao fato de se manter uma criança com necessidades especiais na classe regular em convivência com os demais, esse tipo de trabalho é chamado de integração, onde o educando está inserido na classe regular, porém sem nenhum tipo de orientação que propicie a aprendizagem.

A proposta da educação inclusiva é uma escola em que seja possível o acesso e a permanência, um espaço de todos, no qual os alunos constroem seus conhecimentos, desenvolvem habilidades, se expressem e participem ativamente das tarefas escolares.

1.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O USO DA LIBRAS

Em 1880, foi realizado o Congresso internacional de Surdo, em Milão, onde foi definido que a oralização era a forma mais adequada na educação de surdos, pois essa tese defendia que o mesmo só poderia se desenvolver plenamente se fosse oralizado, se tornando, dessa forma, condição para aceitação na sociedade.

Através desta prática adotada, foi se tornando normal pessoas com surdez no convívio com ouvintes através da língua oral,

Com a valorização do oralismo, a língua de sinais se torna tradicional, sendo vista como uma forma de comodismo, pois desmotivaria a fala. O oralismo trouxe como consequência, muitos surdos iletrados, que não faziam leitura labial e que estavam há muitos anos nas séries iniciais e, mesmo assim, não tinham escrita compatível com sua série.

Com o resultado negativo do oralismo apresentados pelos surdos, surge o bilinguismo que visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, considerando a língua de sinais como língua natural e a portuguesa escrita, como segunda língua. Para o aprendizado da língua portuguesa, o ensino deve ser iniciado como processo de letramento, desde os anos iniciais.

Salles (2004, p. 57) afirma que: “A proposta bilíngue busca resgatar o direito da pessoa surda de ser ensinada em sua língua, a língua de sinais, levando em consideração os aspectos sociais e culturais em que está inserida.”

Essa proposta surgiu através de reivindicações dos surdos pelo direito à sua língua, essa abordagem educacional propõe tornar acessíveis duas línguas, conforme citado anteriormente.

A garantia de educação para alunos com necessidades especiais é um direito conquistado e deve ser garantido conforme a lei. Dessa forma, entende-se que a escola deve adotar recursos que proporcionem condições para o processo educacional, atividades em classes comuns, profissionais qualificados, atendimento educacional especializado e intérprete.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996, art. 59:

São definidas as condições a serem asseguradas aos educando com necessidades especiais pelos sistemas de ensino: I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as necessidades. III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educando nas classes comuns.

Entende-se por inclusão escolar a escola onde todos os alunos estão inseridos sem qualquer tipo de discriminação, de modo que seus limites vão sendo superados e o direito de participar ativamente se torna possível. A escola se torna

inclusiva quando percebe a diferença de seus alunos no processo educativo e busca a participação e progresso de todos através de mudanças no Projeto Político Pedagógico, em busca de recursos, qualificação profissional e uma gestão democrática.

A formação de professores para trabalhar no Atendimento Educacional Especializado deve ser específica para este exercício, compete à gestão escolar implementar ações que promovam a formação das pessoas envolvidas, isso pode ocorrer através de palestras, formação em nível de aperfeiçoamento e especialização, desta forma estarão ampliando seus conhecimentos.

A Política Nacional de Educação Especial trouxe como inovação o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um trabalho que complementa a formação do aluno por meio da elaboração e organização de recursos pedagógicos e acessibilidade, considerando as necessidades específicas de seus alunos.

O atendimento no AEE deve ser preferencialmente realizado na escola comum, num espaço físico chamado Sala de Recursos Multifuncionais, neste espaço são atendidos alunos com deficiência física, mental, intelectual, superdotação, entre outros, e sua matrícula no AEE está condicionada à matrícula no ensino regular.

É importante que o atendimento no AEE ocorra na própria escola do aluno para que possam ser atendidas e discutidas no dia a dia as suas necessidades educacionais, essa aproximação faz com que ocorra troca de experiências e condições favoráveis para o desempenho do aluno.

Ropoli afirma que:

No PPP da escola deve ser previstos a organização e recursos para sala do AEE, tais como: sala de recursos multifuncionais, matrícula do aluno no AEE, aquisição de equipamentos, indicação de professores para AEE, articulação entre professores do AEE e do ensino comum. No caso de inexistência de salas de recursos multifuncionais na escola, os alunos não poderão ficar sem esse serviço, e o PPP deve prever o atendimento dos alunos em outra escola mais próxima ou centro de atendimento educacional especializado, no contraturno do horário escolar. (2010, p. 20)

O AEE deve reconhecer as capacidades e potencialidades de seus alunos, visando seu total desenvolvimento na aprendizagem. As aulas na sala do AEE e na sala comum devem estar articuladas e fazer uso de metodologias que estimulem o

aluno a aprender a aprender, o professor deve buscar recursos diversificados para que esse processo ocorra com mais eficácia.

O professor da sala de aula comum deve elaborar seu plano de aula envolvendo os conteúdos curriculares, e o professor da sala de recursos precisa entrar em contato com esse plano para que possa desenvolver atividades complementares que contemplem as necessidades do aluno.

Alvez destaca que:

O AEE em Libras fornece a base conceitual dos conteúdos curriculares desenvolvidos na sala de aula. Esse atendimento contribui para que o aluno com surdez participe das aulas, compreendendo o que é tratado pelo professor e interagindo com seus colegas. O AEE em Libras ocorre em horário oposto ao da escolarização o professor do AEE trabalha com os conteúdos curriculares que estão sendo estudados no ensino comum em Libras, articuladamente com o professor da sala de aula. (2010, p. 12)

O AEE para surdos deve promover três momentos: o de Libras, em Libras e o ensino da língua portuguesa como segunda língua.

É importante que o planejamento do AEE, em Libras, promova a identidade do surdo, que haja respeito e confiança entre o professor e o aluno, que sejam identificadas as habilidades e necessidades específicas de cada um, que o professor da sala de aula comum, junto com o professor da sala de recursos sejam parceiros, planejando seus trabalhos com coerência. Vale ressaltar que a organização, ilustrações, dramatização de cenas, recursos visuais, a produção de recursos feitos pelos alunos e pelo professor podem tornar a compreensão dos estudos mais fácil e atraente para o aluno surdo.

Como toda língua tem suas normas e regras, a Libras não é diferente, possui regras, padrões e normas, sendo seus movimentos utilizados com a combinação das mãos e os movimentos executados em frente ao corpo.

A estrutura Libras, segundo Brito (1995, apud Alvez 2010, p. 00):

É constituída de parâmetros primários e secundários: configuração de mão, ponto de articulação, movimentos, disposição das mãos, orientação da palma das mãos, região de contato e expressão facial. Os parâmetros definem as articulações das mãos com os componentes do corpo e conferem a Libras uma organização dos movimentos gestuais e das expressões por ela transmitida.

De acordo com a lei 10.436/2002, a Libras ficou reconhecida como forma de comunicação, Língua Brasileira de Sinais - Libras, com sistema linguístico de natureza visual-motora e com estrutura gramatical própria.

Conforme acima citado, em seu art. 4º e 5º, respectivamente:

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

O atendimento a pessoas com surdez deve reconhecer o potencial e a capacidade de cada um, levando em consideração suas diferenças, garantindo uma educação bilíngue em que a Libras seja vista como língua materna e a língua portuguesa como segunda língua, a de instrução.

A escola é o lugar base para inserção do indivíduo com surdez, onde a criança irá adquirir o desenvolvimento da língua portuguesa e também da Libras, contribuindo com a sua socialização e interação.

O atendimento em Libras enriquece o aprendizado do aluno surdo e evita atrasos na linguagem, esse atendimento requer organização, metodologias contextualizadas, profissionais qualificados e recursos visuais. Para se obter maior compreensão do que está sendo ensinado, esse atendimento deve proporcionar mais segurança e motivação para o aluno, sendo, dessa forma, de grande importância para o processo de inclusão.

É importante refletir se a Política de Inclusão realmente está garantindo uma educação de qualidade para o surdo, com a efetivação da aprendizagem desses alunos ou se estão apenas sendo integrados na escola.

A efetivação do acesso aos alunos com deficiência na esfera escolar exige que o ambiente e as pessoas que o compõe realizem mudanças destinadas a sua adequação, às necessidades específicas dos mais distintos alunos, só assim eles terão igualdade real de oportunidades.

Para se obter uma escola inclusiva é essencial valorizar e aprender com as diferenças, adotar novas práticas pedagógicas, proporcionar oportunidades de

aquisição de conhecimentos e habilidades, impulsionar mudanças políticas, sociais e culturais, estar sempre em formação continuada e disposto a fazer o melhor e, acima de tudo, ser a diferença não apenas na escola, mas em todo o meio social.

1.3 A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

Para que a escola comum se torne inclusiva é preciso reconhecer as diferenças de seus alunos no processo de educação e buscar novas práticas pedagógicas, porém esse processo não é imediato, pois depende de mudanças e de disposição de toda escola, debates, estudos e iniciativas dos membros gestores e de toda comunidade escolar.

Para Ropoli (2010) A inclusão de indivíduos com necessidades especiais na escola é um processo em constante construção, porém a inadequação do sistema de ensino, despreparo dos profissionais e a falta de implementação de ações faz com que o processo de inclusão ocorra de forma lenta. A inclusão dos surdos na educação tem sido um grande desafio, pois as instituições de ensino não possuem profissionais suficientes e qualificados para lidar com as necessidades específicas de cada aluno.

Percebe-se que com o decorrer dos anos, novos rumos vão sendo tomados em direção a uma educação inclusiva e de qualidade, com o surgimento de novas leis que possibilitassem o acesso à inclusão.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, capítulo V, em seu artigo 58, parágrafos 1º e 2º, afirma-se que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender suas peculiaridades da clientela da educação especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

A inclusão da criança surda no ensino regular pode promover a socialização, pois faz com que a criança seja reconhecida e aceita no ambiente escolar. O papel do professor é fundamental nesse processo, pois ele é o mediador da comunicação, quem vai fazer com que isso ocorra naturalmente, por isso é necessário que o ele conheça bem seu aluno para que possa atendê-lo de forma mais eficiente e eficaz.

Segundo Salend (2008 apud Silva):

A inclusão é uma filosofia segundo a qual alunos, familiares, educadores e membros da comunidade unem-se para criar escolas cuja base é a aceitação, a luta pelo direito de ocupar seu lugar na escola e a colaboração entre os indivíduos. (2010 p. 96)

Conforme estudos de Góes (2007) é recomendado que na sala de aula do ensino regular tenham apenas duas pessoas com deficiência e com necessidades especiais diferentes, e que tais alunos tenham atendimento especializado no contraturno, nas salas de recursos, pois assim, dará suporte aos professores da sala regular em sua prática pedagógica.

A escola deve ter seu Projeto Político Pedagógico e seu Currículo adaptados às necessidades específicas de seus alunos, devendo ser diferenciados, não apenas ajustados, por isso devem ser feito em conjunto, com todo corpo docente da escola e demais funcionários que compõem a equipe como: merendeiras, guardas, pais e alunos, supervisores, orientadores e demais gestores, para que assim possam planejar de forma a atender de maneira eficiente os alunos especiais.

É importante lembrar que a implementação da inclusão não é apenas o ato de efetuar a matrícula do aluno na escola comum, ignorando as necessidades específicas do alunado. O fato da criança estar matriculada no ensino regular gera expectativa tanto nela mesma quanto na família, por isso o currículo e as metodologias devem dar suporte ao professor e que o mesmo esteja disposto a transformar e inovar.

No caso do aluno surdo, o educador como mediador deve contribuir para com a construção da identidade dos surdos, pois desta forma estará contribuindo para que ocorra a interação, troca de conhecimentos e vivências.

A inclusão da criança surda, desde os anos iniciais, é importante, pois este é um momento fundamental de constituição de saberes. O contato entre ouvintes e

surdos inicia a socialização e a percepção de que não está sozinha e de que não é a única a ter uma deficiência.

Segundo Góes (2007, p. 145):

A ausência dessas convivências dificulta, portanto, a construção da identidade, em sua condição de pessoa surda. No contato entre surdos, são percebidos modos de agir, pensar, comportar-se ante diferentes situações, posicionar-se ante o contexto social em que vivem. Além disso, possibilita um olhar para ouvintes de outra forma, favorecendo a construção da identidade mais íntegra na relação com sua realidade.

A ludicidade é um dos meios para promoção de socialização. A médica Maria Montessori desenvolveu diversos modelos pedagógicos para educação, ela buscava em seus ensinamentos a complexidade do saber, introduzia objetos, materiais com significância em seus estudos sobre linguagem e, através destes, exemplificava com clareza o que queria dizer. Quanto mais contato social a criança obtiver, mais poderá desenvolver sua aprendizagem.

Conforme Mazzota (2005 apud Silva 2010, p. 20), a médica italiana Montessori contribuiu com a educação especial ao criar um programa de treinamento, onde eram utilizados materiais como, bloco de encaixe, recortes e objetos coloridos. Este programa tinha como objetivo a autoaprendizagem, conforme esses estudos, é essencial que o professor utilize o lúdico no cotidiano escolar, pois a aprendizagem ocorrerá de forma natural e prazerosa.

A esse respeito, Cunha (2011, p. 36) afirma que o lúdico significa fazer por gosto, dar gosto ao que se faz também por obrigação. Nele encontra-se um componente essencial na educação: o afeto.

A lei garante que todos tenham direito a uma educação igualitária e democrática, que contemple a todos, e que este se dê de forma significativa e prazerosa.

2 ABORDAGENS METODOLÓGICAS, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

2.1 DO MÉTODO, DA PESQUISA E DOS INSTRUMENTOS

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi utilizado o método dedutivo de caráter descritivo-analítico. Conforme Gil (2008, p. 42):

A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

De acordo com Gil (1991, p. 68): “a leitura analítica é feita a partir dos textos selecionados. Embora possa ocorrer a necessidade de adição de novos textos e a supressão de outros tantos, postura do pesquisador, deverá ser analisados como definitivos [...]”

Para que o trabalho se concretizasse, foi utilizada pesquisa bibliográfica e de campo, com observação e questionário aberto, no objetivo de mostrar a importância da inclusão do surdo no ensino regular, utilizando levantamento de dados sobre a realidade na escola e na sala de aula.

Segundo Lakatos, (2003, p. 186):

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como o segundo passo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa.

Após realizar um estudo aprofundado sobre a inclusão do surdo, embasando-se em referências bibliográficas, foi dado início à fundamentação teórica e elaboração de questionários, onde os mesmos foram entregues aos profissionais

que atuam na área de inclusão. Posteriormente, foi observado em sala de aula comum e também na sala de AEE, como ocorre o processo de interação e de aprendizagem.

Utilizou-se o questionário como instrumento para a coleta de dados, porém optou-se por perguntas abertas, pois a mesma não assume um caráter direcionado, possibilitando ao entrevistado uma melhor oportunidade de expressão e liberdade para responder as perguntas. Esta escolha foi feita com o objetivo de se obter respostas mais claras e objetivas.

Lakatos (2003, p. 201):

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse no recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

A observação também foi um importante instrumento de pesquisa, pois possibilitou ver de forma mais ampla, como o professor, em papel de mediador do processo de ensino e aprendizagem, contribui para o aprendizado do aluno surdo.

De modo geral, foi possível constatar que o processo de inclusão ocorre de forma lenta, pois os poucos profissionais que atuam na área e que gostam de estar à frente deste trabalho, apenas ganham mais trabalho, mais responsabilidades e não tem retorno financeiro nenhum para isso, porém isso não quer dizer que não desempenhem seu papel, muito pelo contrário, demonstram o amor que têm pela profissão e pelos deficientes.

2.2 DO UNIVERSO E DOS SUJEITOS

A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas do Município de Cacoal/RO.

O levantamento de dados, tanto a observação quanto o questionário, foi realizado no período de nove a treze de setembro de 2013. Com a participação de dois professores que atuam diretamente na área de inclusão, uma sala de aula comum no ensino regular na escola denominada “C” e outro na sala de AEE, na escola denominada “D”.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, a escola “C” está localizada no centro de Cacoal e sua clientela abrange tanto a classe baixa, quanto a classe média, possui uma ampla estrutura, salas de aula arejadas, sua estrutura física não está adaptada para atendimento especializado, possui ainda, quadra de esportes e refeitório, seu quadro de alunos é de aproximadamente 746 alunos.

A professora da escola “C” atua na docência há 16 anos, é formada em Pedagogia e Pós-graduada em Visão Interdisciplinar, trabalha com alunos do 2º ano do ensino fundamental, possui em sua sala de aula 21 alunos, sendo que um é surdo. Em conversa com a educadora, informou que este aluno é atendido tanto na sala de AEE, quanto no Centro de Reabilitação Neurológica Infantil de Cacoal, CERNIC.

Conforme descrito no PPP da escola, a escola “D” está localizada na periferia, sua clientela são alunos de classe baixa, apesar de ser uma escola pequena, possui espaços necessários para suas atividades, quadra de esporte, pátio, e não possui uma boa estrutura física e esta adaptada para atender crianças especiais. A professora da escola “D” é formada em Letras e Pós-graduada em Educação Especial e atua na área há 5 anos. Em conversa informal com a mesma, fui informada que o município e o estado oferecem especialização na área de inclusão, porém muitos professores não se interessam por uma especialização voltada para essa área, já que terá mais “trabalho” se tiver algum aluno com deficiência em sala.

2.3 QUESTIONAMENTOS E OBSERVAÇÕES REALIZADAS COM PROFESSORES

A pesquisa foi realizada no período de 09 (nove) a 13 (treze) de setembro do ano de 2013 (dois mil e treze) no município de Cacoal, em duas escolas da rede pública, com 2 (dois) professores, um na sala de aula regular e outro no AEE.

Durante a observação, pode-se observar que a professora “C” estava, a todo momento, perto do aluno surdo, tentando chamar sua atenção para as atividades que estavam sendo realizadas, porém ele estava interessado apenas em suas revistas em quadrinhos. Segundo a professora, ele as leva todos os dias para escola, o que acaba tirando sua atenção, esse fato ocorreu em vários momentos, a educadora chegava até ele e se comunicava em Libras, pedindo que guardasse as revistas para outro momento.

A professora “C”, mesmo com dificuldades em se expressar em Libras, informou que o aluno consegue aprender mesmo não olhando diretamente para ela, por causa de sua ampla percepção visual. Diante da observação realizada em sala, foi constatado, no momento de leitura, que a professora, a todo momento, chamava a atenção desse aluno com as ilustrações do livro e pedia que ele representasse, em Libras, algumas imagens e, assim, ele o fazia, porém durante a leitura, não foi possível a professora representar todas as informações contidas no livro, pois não possui intérprete na sala de aula, dificultando a aprendizagem do aluno surdo.

A sala de aula possui alfabeto em Libras, que fica acima do quadro, algumas imagens de animais e como é sua representação em Libras, e números que se localizam em boa altura para os alunos. A professora promove a interação entre o aluno surdo e o ouvinte, eles ficam sempre próximos, no período de observação não foi constatado nada que viesse a fazer a criança surda se sentir excluída. A professora informou que a criança surda é atendida na sala de AEE e também no Cernic, Centro de Reabilitação Neurológica infantil de Cacoal.

Foram levantados alguns questionamentos em relação ao preconceito entre os alunos ouvintes e o aluno surdo e se os profissionais da educação buscam qualificação profissional voltada para área de inclusão. Segundo informação da professora da escola “C”, não existe preconceito entre as crianças e que os

ouvintes admiram o surdo e como ele se comunica, a resposta obtida sobre a busca de qualificação é que os professores não se interessam por qualificação em inclusão, já que o trabalho em sala de aula se torna mais difícil e não se obtém nenhum incentivo financeiro para isto e ainda por terem que se deslocar de suas cidades em busca do aperfeiçoamento profissional.

Para que essa pesquisa se efetivasse, foram feitas várias buscas em escolas públicas, já que a presente pesquisa necessita de alunos surdos nos anos iniciais do ensino fundamental e, em algumas, os alunos haviam sido transferidos para outra escola, já que essa possuía mais alunos com surdez, em outras, já não moravam mais na cidade ou estavam em séries mais avançadas, por esse motivo, uma das pesquisas foi feita com uma profissional do AEE.

A professora da escola “D” que trabalha na periferia e atende na sala de AEE respondeu prontamente ao questionário, deixando claro que a escola “D” promove sim a inclusão, e o Projeto Político Pedagógico da escola contempla uma educação especial de qualidade, apesar de possuir poucos recursos, é feito o máximo possível para que se concretize o trabalho. Segundo a mesma, a sala de aula possui intérprete, apesar de no momento não terem esse profissional. Questionada, a respeito do preconceito entre os alunos, a professora da escola D afirma que:

[...] não existe preconceito entre crianças ouvintes e surdas, esse fator aguça ainda mais a curiosidade deles em aprender a se comunicar da mesma forma que os surdos, o preconceito maior está entre ouvintes adultos e surdos.

Percebe-se que, de acordo com as respostas obtidas junto à professora, as maiores dificuldades encontradas pelos surdos é a falta de profissionais aptos para o uso da Libras e esse é o fator que mais dificulta o ensino e aprendizagem do aluno, por isso é fundamental o intérprete na sala de aula regular.

Questionada sobre a busca dos professores em se especializar em inclusão, a professora da escola “D” disse que:

[...] apesar das ofertas de especialização oferecidas pela Secretaria de Educação, os professores não se interessam, pois muitas vezes tem que se deslocar de cidade, e também o medo e responsabilidade de terem alunos especiais em sua sala faz com que não se interessem, acreditam que desta forma estarão apenas adquirindo mais trabalho e nenhum incentivo financeiro.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de um intérprete na sala de aula, já que este estará ali para atender a necessidade específica desse aluno, pois apesar da pretensão de um ensino inclusivo, não há condições para realizar a prática inclusiva, se o profissional não estiver apto para se comunicar em Libras.

Portanto, para que haja a total inclusão na escola, é necessário não apenas bons professores, mas uma gestão democrática e participativa, que busque inovações no currículo e no PPP, bem como que todos estejam empenhados em melhorar a educação e as práticas pedagógicas da escola, com ambientes favoráveis à aprendizagem dos alunos, recursos materiais, visuais e melhores condições para que os professores realizem seus trabalhos.

Mediante a análise dos questionários e observação, pode-se dizer que as respostas dos professores foram coerentes com o que foi observado, que os professores repassam o que sabem da melhor maneira possível, porém não é o suficiente para o aprendizado significativo do surdo, falta incentivo da escola e até mesmo maior interesse dos professores em buscar aperfeiçoamento, e que os mesmos devem visar que, de certo modo, são eles que estarão contribuindo para a construção do universo dos surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a pesquisa a intenção foi de conhecer como ocorre o processo de inclusão do surdo no ensino regular e se as escolas estão preparadas para atender esses alunos.

Pode-se constatar, através da pesquisa, que evoluções estão ocorrendo no que diz respeito à inclusão, a começar pelas leis que amparam e garantem uma educação igualitária, de qualidade e que defendem o acesso da criança com deficiência ao ensino regular.

Percebe-se a importância da escola e de profissionais instruídos e qualificados para trabalhar em sala de aula, pois o aluno surdo tem apenas o professor como mediador da comunicação no processo de ensino-aprendizagem e na interação com os alunos ouvintes.

Verificou-se a importância de uma intérprete em Libras na sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental, pois é o momento em que o aluno estará começando a adquirir conhecimentos mais específicos e aprofundados. Observou-se a complexidade do trabalho do professor em tornar o surdo totalmente incluso, por não ter como transmitir tudo o que está sendo ensinado ao aluno ouvinte, mesmo que possua habilidade em Libras, nota-se então, a importância do intérprete.

Pode-se constatar que a inclusão é um desafio para escola, pois depende de Políticas Públicas que apoiem e contribuam com as devidas mudanças na escola. É necessário que os profissionais tenham uma visão ampla do que realmente é incluir e que, na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, se contemple uma educação igualitária, currículos adaptados e metodologias específicas para os alunos surdos.

A inclusão representa um grande marco para escola e para os professores que, muitas vezes, é visto pelo surdo, como uma porta de acesso, então é quem vai conduzir, permitir e nortear o aluno nas escolhas, prepará-lo para o mundo da melhor maneira possível e manter a família sempre próxima para que esse contato ocorra naturalmente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Carla Barbosa. **A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Especial. Universidade Federal do Ceará, 2010. V 4. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Senado Federal, 1996.
- CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão da diversidade**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- GIL, Carlos Antonio. **Projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. **Projetos de pesquisa**. 4. ed. 11. reimp. São Paulo: Atlas, 2008.
- GLAT, Rosana. **Cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- GÓES, Maria Cecília Rafael (org.). **Política e práticas de educação inclusiva**. 3. ed. Campinas, SP, 2007.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.
- LIMA, Dayse Maria Collet de Araújo. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. 4. ed. MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Especial. Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 1. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).
- SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para prática pedagógica**. 2. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2004.
- SILVA Aline Maria. **Educação especial, inclusão escolar, história e fundamentos**. Curitiba: Ed. IBPEX, 2010.

ANEXOS

UNESC

**Faculdades Integradas de Cacoal
Coordenação do Curso de Pedagogia**

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

- 1- A escola possui em seu PPP, ações que contemplem uma educação inclusiva?
- 2- A escola dispõe de profissionais que atuam diretamente na área de inclusão de surdos?
- 3- A escola possui recursos pedagógicos para o atendimento educacional especializado?
- 4- Como o professor promove a inclusão do aluno surdo na interação com os demais alunos da classe comum?
- 5- A sala de aula comum possui intérprete?
- 6- Existe preconceito dos alunos ouvintes em relação à criança surda?
- 7- Quais são as maiores dificuldades do aluno surdo no processo de ensino/aprendizagem?
- 8- A escola promove momento de formação continuada ou a Secretaria de Educação Estadual ou municipal oferece esse tipo de formação?